

E-PARTICIPAÇÃO: FERRAMENTA PARA AMPLIAÇÃO DA E- DEMOCRACIA

Maria Aparecida Ramos da Silva (UFRN)¹

Uma questão imprescindível que perpassa toda discussão acerca de temáticas relacionadas à democracia na atualidade diz respeito à análise sobre a importância da internet como ferramenta para contribuir com o processo democrático na sociedade contemporânea. Esse debate tem como ponto central a participação política eletrônica nesse novo contexto social, que interessa a diversas áreas das ciências humanas, como a Sociologia, a Ciência Política, a Comunicação Social, entre outras.

Nesse sentido, o livro de Drica Guzzi, *Web e participação: a democracia no século XXI*, lançado em 2010 pela editora Senac São Paulo, vem iluminar e contribuir com esse debate, que está chamando a atenção de pesquisadores em todo o mundo. Resultado de sua dissertação de Mestrado, realizado no programa de pós-graduação em semiótica e comunicação da PUC-SP, o livro está dividido em três partes. A primeira, *Possibilidades democráticas virtuais*, trata das possibilidades oferecidas pelo mundo digital em relação ao processo democrático. Em seguida, vem *Participação pública e inclusão digital na e-democracia*, que faz uma importante relação entre o crescimento da participação política e a necessidade de aumentar a inclusão digital das populações. Por fim, *Fala São Paulo: um canal de comunicação entre população e governo em um programa de inclusão digital* versa sobre o projeto

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN (2011) e Mestre em Ciências Sociais UFRN (2010). Possui graduação em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, UFRN (2001). Integra os grupos de pesquisa Cultura, Política e Educação, Círculo de Estudo em Cultura Visual - UFRN e Poder Local, Desenvolvimento e Políticas Públicas. Filiada à Associação Brasileira de Ciência Política.

desenvolvido pelo governo do Estado e que integra o programa Acessa São Paulo.

A autora escolhe o exemplo das *smartmobs* para iniciar sua apresentação. Esse é um fenômeno que representa bem o tempo presente, em que pessoas que podem se conhecer ou não se organizam via *web* para participar de mobilizações em locais pré-determinados, como praças, ruas ou até mesmo shoppings e restaurantes. Com isso, a autora procura mostrar a partir de um *case* concreto as possibilidades de colaboração por meio de redes virtuais que até então eram inéditas no mundo moderno. Essas redes virtuais se organizam e se intensificam por meio das mídias sociais, que inclusive altera o sistema de comunicação de massa e representam uma importante mudança conceitual.

O processo eleitoral para a presidência dos Estados Unidos, em 2008, que terminou por eleger o ex-senador Barack Obama, é citado também como exemplo das possibilidades presentes na internet, principalmente, com o advento da *web 2.0* e suas redes sociais, na mobilização de pessoas. A cada eleição, a internet adquire mais importância e aparece como protagonista em diversos casos, ao contrário de eleições anteriores em que os candidatos criavam sites apenas com o intuito de divulgar eventos e angariar fundos de campanha. A campanha de Obama mostrou que montar uma arquitetura de campanha muito bem direcionada para a rede virtual é essencial para vencer uma eleição.

Se, por um lado, o uso da internet nas eleições originou um novo jeito de fazer política, por outro, esse fato gerou uma expectativa também com relação a inovações na forma de governar, com participação, democracia e transparência. Nesse sentido, a conversação em rede proporciona um ambiente favorável ao debate entre pessoas sobre temas de interesse público.

Diante desses questionamentos, o primeiro capítulo, intitulado *Possibilidades democráticas virtuais*, procura responder à seguinte pergunta de pesquisa: “Por que, devido às novas tecnologias de informação e comunicação,

as sociedades passam por transformações capazes de tornar as pessoas mais permeáveis à participação coletiva na esfera pública?”. A autora utiliza os conceitos do sociólogo espanhol Castells (1999) para falar sobre as transformações na sociedade em rede, que tem como característica ser baseada nas tecnologias de informação e comunicação. A revolução causada pelas transformações advindas com as novas tecnologias alterou profundamente a forma como a sociedade atual encara as categorias de tempo e espaço. Isso porque a velocidade e facilidade do uso e da troca de informações via rede digital passou a ter um papel central na nova sociedade, inclusive com novas concepções de comunidades, que passam a ser reais e virtuais ao mesmo tempo.

Na realidade, a sociedade em rede trouxe transformações que alteraram as dimensões fundamentais da vida humana, que são o espaço e o tempo, criando o que Castells (1999) chamou de “espaços de fluxos”, em substituição ao “espaço de lugares” no momento anterior:

O tempo é apagado no novo sistema de comunicação já que passado, presente e futuro podem ser programados para interagir entre si na mesma mensagem. O *espaço de fluxos* e o *tempo intemporal* são as bases principais de uma nova cultura, que transcende e inclui a diversidade dos sistemas de representação historicamente transmitidos: a cultura da virtualidade real, onde o faz-de-conta vai se tornando realidade (Castells, 1999, p. 462).

A nova cultura despoja as localidades de seu sentido cultural, histórico e geográfico, já que elas passam a existir de forma virtual em redes funcionais ou em colagens de imagens. Por outro lado, o tempo como sempre foi conhecido, dividido em passado, presente e futuro, passa a ter outra conotação, já que essa divisão não interessa nem funciona no meio virtual.

No período anterior, a concepção de comunidade exigia uma concretude real, caracterizada primeiramente pela relação de parentesco e depois pela

noção de aproximação ou vizinhança. Já no ambiente virtual, também conhecido como ciberespaço, a característica principal é a comunicação em redes, em que os indivíduos podem se conectar com outros e também viver em comunidade. Ao se comparar essas duas modalidades do sentido de comunidade, percebem-se diversas diferenças entre o período pós-industrial das últimas décadas. Para a autora, existe a

Emergência de uma mudança no modo de compreender o conceito de comunidade no período pós-industrial das últimas décadas, dada a complexidade das novas relações interpessoais, entre elas as relações na comunidade virtual, cuja realidade tornou-se possível graças à internet (GUZZI, 2010, p. 55).

Assim, existe uma mudança no modo de compreensão do conceito de comunidade, que passam a ser estudadas como “redes sociais”, principalmente, pela complexidade das novas relações interpessoais de forma virtual. A organização das pessoas em redes sociais virtuais possibilita a ampliação da conversação em rede, em que os novos usuários da esfera pública conectada vão se integrando ao debate e deliberações em programas de governo. Esse processo faz surgir novos termos como e-engajamento, e-participação, e-governo, que se consolidam numa e-democracia, em um novo vocabulário que tem como eixo central a e-democracia.

Esse assunto é tratado no capítulo *Participação pública e inclusão digital na e-democracia*, em que são apresentados e debatidos as formas de realizar e conduzir a participação pública em processos democráticos na era digital. Guzzi (2010) procurou ver até que níveis a participação pública eletrônica podem ser medidos. Para isso, primeiramente, define o conceito de participação pública como um *continuum*, com vários aspectos a serem levados em consideração, como o *feedback*. Com a disponibilização de informações online, a partir da internet, iniciou-se uma compreensão de democracia mais

abrangente e globalizada, servindo para aperfeiçoar os mecanismos democráticos.

Guzzi (2010) alerta que existe um “complexo de conteúdos” disseminado na rede, composta por computadores conectados no mundo todo, sem centro e sem fronteiras nacionais, assim como funcionando em um tempo e espaço virtuais. Isso significa que existe uma extensa e intrincada gama de informações disponíveis. Assim, a internet proporciona uma conexão de forma coletiva, que permite amplas conferências virtuais. E esse é o lugar para práticas sociais políticas, tendo a internet como canal privilegiado de comunicação, que pode resultar na redução de custos para a participação política, como a troca de e-mails ou participação em chats e fóruns virtuais.

Essa possibilidade que a internet oferece como campo fecundo para o debate público tem sido aproveitada por diversas experiências de governo eletrônico ou e-governo. Uma das questões colocadas é se o e-gov pode corresponder às expectativas públicas, no sentido de incentivar o e-engajamento da população para participar de políticas públicas. Para a autora, o uso dessas ferramentas inclui aprendizado e exercício democrático mútuo por parte dos governos e do público. No entanto, precisa ser observado que a tecnologia é um facilitador e não uma solução para a participação, como também a disponibilização de informações precisa prezar muito mais pela qualidade do que simplesmente pela quantidade de dados disponíveis. É necessário haver um esforço para a conscientização e capacitação dos cidadãos, além dos gestores e equipes técnicas.

A autora debate ainda a opinião pública e a representação popular, ou seja, até que ponto os cidadãos são ouvidos em momentos de tomadas de decisão que os envolvem. Nessa perspectiva, o objetivo deveria ser a construção de uma cultura de participação das pessoas que seja capaz de influenciar nas decisões de políticas públicas, criando diálogos interativos visando uma boa governança política.

Em seguida, Guzzi (op. cit.) aponta algumas formas de avaliação de e-gov, procurando determinar se existe uma preparação dos governos para o engajamento político. Além disso, também cita exemplos de processos de participação política. O e-engajamento é constituído em três níveis: informação, consulta e ativa participação. No primeiro caso, são as iniciativas dos governos em repassar informações aos cidadãos por meio do acesso a documentos públicos, notícias oficiais ou websites de governo. No nível da consulta, há uma relação de *feedback*, mas o controle ainda recai sobre o governo, que decide sobre o tema a ser tratado e solicita a opinião dos cidadãos. No caso da ativa participação, existe uma parceria com o governo, na qual os cidadãos tem um papel na proposta de opções e formulações políticas. No entanto, a decisão final continua sendo do governo.

Sobre os processos de participação política, a autora mostra exemplos do Reino Unido e Itália, em que os governos apostaram no engajamento público, lembrando que não há um modelo único para envolver os cidadãos em projetos públicos. Dessa forma, é preciso que haja discernimento quanto ao método de participação de acordo com o tema debatido, em que as necessidades devem se relacionar tanto a “um método seletivo da parte dos cidadãos envolvidos como pela natureza da questão política a que são convidados a considerar” (GUZZI, 2010, p. 101).

Essa questão leva a pensar sobre a relação entre os processos da e-democracia e a inclusão digital, pois para o e-engajamento é necessário que o potencial da internet seja expandido e que não haja exclusão de certas pessoas ou grupos sociais. Isso significa que é preciso pensar na divisão digital existente que separa quem está incluído ou excluído do acesso à internet. Para isso, diversos governos em todo o mundo vem implementando políticas públicas de inclusão digital em diversos setores da sociedade. Sobre esse assunto, Guzzi (2010, p. 107) afirma: “a posição oposta ao engajamento público não deve ser a de um público não engajado, mas a de um público sem

acesso às condições para isso, principalmente, em decorrência da exclusão social exposta”.

Esse assunto também é abordado no terceiro capítulo *Fala São Paulo: um canal de comunicação entre população e governo em um programa de inclusão digital*. Guzzi (2010) explica que o projeto tem uma rara combinação entre uma política pública de inclusão digital que tem como foco ao mesmo tempo a participação pública. A autora realizou uma avaliação da estratégia de aproximação do governo com a população, por meio do projeto Fala São Paulo, que faz parte do Acessa SP.

A autora apresenta o contexto do surgimento e implementação do programa Acessa e a concepção do projeto Fala São Paulo, que surgiu em 2002, com a formação e capacitação dos monitores em várias regiões da cidade, com o apoio da Escola do Futuro da USP. O projeto durou três anos e teve como objetivo principal de ser um canal de expressão e comunicação entre população e governo do estado. Funcionava por meio de enquetes semanais, tendo como primeira pergunta: *O que seria mais importante para melhorar a educação no seu bairro?*

Uma verdadeira radiografia do projeto é apresentada na obra, mostrando os objetivos, os fluxos operacionais, o desenvolvimento do projeto ao longo do tempo. A seguir, Guzzi (2010) faz algumas considerações acerca do nível da participação e da opinião pública. A primeira se refere ao fato de que a escolha de enquetes não permitia visualizar um diálogo ou uma conversa entre a população e o governo, como também não permitia uma conversação entre cidadãos. Na verdade, se configurava como uma sondagem de opinião, com o tema sendo indicado e controlado pelo governo. Nesse sentido, o processo de participação foi caracterizado por baixo diálogo e baixa influência.

Assim, segundo a autora, alguns desafios precisam ser superados, como “criar fluxos nas TICs que permitam encorajar construtivamente os cidadãos a pensar nas questões públicas, fazer com que as ouçam e se engajem nelas, argumentem e contra-argumentem” (GUZZI, 2010, p. 142). Outro desafio diz

respeito à necessidade do governo ter uma visão holística de todo o projeto e consiga desenvolver tecnologias que possam dar suporte ao processo de informar, consultar, participar, analisar, promover o *feedback* e a avaliação. Isso vai facilitar e agilizar o gerenciamento da política pública.

A partir dessa análise, a autora lista ainda alguns outros desafios para a implementação de projetos visando a participação pública. Para que isso ocorra, é preciso que haja modificações reais na própria estrutura dos governos, que deve saber atuar nessa nova esfera pública que surgiu em decorrência das TICs, influenciando nesse processo de forma planejada, com decisão e lucidez.

A obra ora resenhada apresenta um debate atual sobre o fenômeno da participação política via internet, que está trazendo interferências e modificações ao processo democrático. A autora consegue trazer à luz autores e pesquisadores de várias áreas do conhecimento para dialogar sobre os principais pontos de interesse acerca dessa questão. Além disso, realiza uma avaliação de uma iniciativa pioneira na maior cidade do país, que pode servir como exemplo para várias políticas públicas de inclusão digital e de mobilização para eParticipação. Dessa forma, o livro *Web e participação: a democracia no século XXI* pode contribuir para realçar pesquisas e debates em várias áreas do conhecimento sobre a democracia e a nova esfera pública na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede. A Era da Informação:** Economia, Sociedade e Cultura. São Paulo: Paz e Terra.,1999.

GUZZI, Drica. **Web e participação: a democracia no século XXI.** São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2010.